

4

SUBSTÂNCIA EM ARISTÓTELES: DAS CATEGORIAS AO LIVRO Z DA METAFÍSICA^{1,2}

Raphael Zillig

INTRODUÇÃO

No centro da ontologia de Aristóteles está a noção de substância (*ousia*) que, em uma compreensão muito geral, corresponde ao que é real de modo mais verdadeiro e completo.³ Em outras palavras, a substância é o que mais propriamente é um *ser*. Cada uma das demais coisas é “um certo ser”, ao passo que a substância é, sem restrições ou qualificações, um ser (Z1, 1028a30-31).⁴

Pela sua própria etimologia, o substantivo *ousia* sugere a condição do que é um ser em sentido próprio, uma vez que o termo é derivado do particípio presente do verbo grego correspondente a “ser” (*einai*).⁵ Já entre o final do século IV d.C e o início do V,⁶ o vocabulário filosófico latino empregava *essentia* como termo equivalente a *ousia*. Com isso, reproduzia-se no termo latino a conexão etimológica com “ser” (*esse*, em latim).

¹ Esse trabalho contou com apoio do programa PQ/CNPq.

² Gostaria de expressar minha gratidão a Wolfgang Sattler pelos precisos comentários a uma versão prévia deste trabalho. Gostaria, também, de registrar meus agradecimentos aos e às colegas de cujo convívio acadêmico pude usufruir nos últimos anos em virtude do projeto PROCAD-Substância: Rodrigo Guerizoli, Carolina Araújo, Marco Zingano, Mary Louise Gill, Anderson Borges, David Ebrey, Wellington de Almeida, Douglas Ramalho, Vitor Bragança, Fabián Mié, Jorge Mittelman, Paulo Ferreira e Breno Zuppolini.

³ Estou parafraseando Ross (1924, II 159).

⁴ Todas as referências que não são precedidas da indicação da obra dizem respeito à *Metafísica*. Nas demais referências, os trabalhos de Aristóteles serão indicados por meio das seguintes convenções: *Cat.* = *Categorias*; *Int.* = *Da Interpretação*; *Apr.* = *Primeiros Analíticos*; *Apo.* = *Segundos Analíticos*; *Top.* = *Tópicos*; *Ph.* = *Física*; *De an.* = *De Anima*; *Metaph.* = *Metafísica*.

⁵ Para uma discussão acerca do pano de fundo linguístico do vocabulário grego da ontologia, ver Kahn ([1973] 2003, p. 453-462; [1966] 1997a; [1986] 1997b).

⁶ Ver Gilson (1946) e Courtine (1980).

Perdemos de vista esse nexos etimológico quando traduzimos *ousia* por “substância”.⁷ Como se verá, as razões pelas quais esse termo se consagrou como tradução de *ousia* dizem respeito ao modo como a noção filosófica foi empregada na ontologia de Aristóteles.

O ser que, mais do que qualquer coisa, qualifica-se como ser em sentido próprio e completo e, portanto, como *ousia* corresponde ao primeiro motor que Aristóteles identifica com Deus. Nesta perspectiva, a teologia deveria ser o ápice do estudo do ser. De fato, em uma muito discutida passagem, Aristóteles parece sugerir que é *por* estudar o primeiro dos seres que a filosofia se torna efetivamente um estudo universal de tudo o que é real concebido na exata medida em que é real (E1, 1026a23-32). Este ponto culminante da ontologia de Aristóteles, no entanto, parece não ter sido realizado em sua completude ou não ter chegado integralmente até nós. Com efeito, há pouco sobre o primeiro motor nos escritos remanescentes de Aristóteles⁸ e o que há não parece ter sido concebido como parte do projeto de explicar o que é ser uma substância ou, de modo mais geral, o que é ser.⁹

Os escritos de Aristóteles, no entanto, contêm um denso material que foi produzido ao longo das investigações que deveriam culminar no estudo da substância divina. Para Aristóteles, o caminho que leva ao estudo do ser não sensível (e, ao fim e ao cabo, de Deus), começa pela compreensão dos seres sensíveis.¹⁰ De fato, no domínio da realidade material sensível, a noção de substância encontra também aplicação, ainda que de natureza mais modesta. Os textos aristotélicos sobre a substância que chegaram até nós pertencem, sobretudo, ao estudo da noção tal como aplicada neste contexto. Com efeito,

⁷ Estudos lexicográficos acerca dos termos “substância” e “essência” podem ser encontrados em Arpe (1940), Ghellinck (1941; 1942) e Gilson (1946). Ainda que “substância” e seus equivalentes nas demais línguas modernas seja, de longe, a tradução mais usual para a noção aristotélica de *ousia*, há tradutores que preferem “essência” (ANGIONI, 2005). Para além das traduções tradicionais, no entanto, diversas alternativas foram propostas com o fim de encontrar nas línguas modernas um equivalente para o termo grego, tal como explorado por Aristóteles. Note-se, por exemplo, as seguintes alternativas: “entidade” (ver CALVO MARTÍNEZ, 1994; OWENS, [1951] 1978, p.137-153), “Ser” (com inicial maiúscula: BUCHANAN, 1962, p. 15), “ser substancial” (BURNYEAT, 2001, p. 11-12) e “realidade” (CHARLTON, [1970] 1996, p. 56-57; WOLFF, 2005). Para uma discussão acerca das dificuldades da tradução de *ousia* e de outros termos centrais do vocabulário metafísico de Aristóteles, ver Mesquita (2005, p. 479-534).

⁸ A principal discussão de Aristóteles sobre o primeiro motor está em *Metaph.* Λ7-10 (ver, também, *Ph.* VIII).

⁹ A esse respeito, ver Frede (2000, p. 50).

¹⁰ Ver Z11, 1037a10-17; ver também Z3, 1029b1-2 e Z17, 1041a7-9.

o que usualmente se tem em mente quando se fala da compreensão aristotélica da substância diz respeito, fundamentalmente, à substância *sensível*.

Diante disso, este capítulo terá como foco a noção aristotélica de substância em sua aplicação à realidade sensível. As próximas seções contêm um exame comparativo entre as abordagens dadas à substância sensível, respectivamente, nas *Categorias* e no livro Z da *Metafísica*. O primeiro destes dois trabalhos é amplamente reconhecido como obra juvenil de Aristóteles,¹¹ ao passo que o segundo costuma ser tomado como o texto mais importante para a compreensão da doutrina aristotélica madura da substância sensível.¹²

A Parte I deste capítulo discute a doutrina da substância das *Categorias*, cuja influência atravessa a história da filosofia. Naquele opúsculo, Aristóteles explora a concepção segundo a qual a realidade sensível estrutura-se em torno dos particulares concretos, de cuja realidade depende a realidade de itens como cores e tamanhos, bem como a realidade dos itens universais.¹³ O arcabouço teórico dessa compreensão da realidade sensível é elaborado a partir da noção de predicação, a partir da qual são tratadas as relações de dependência que os seres não substanciais estabelecem com a substância. Nesta concepção da estrutura ontológica da realidade sensível, a substância primeira (noção que se aplica ao que, no mundo sensível, corresponde a uma substância em sentido mais próprio) é concebida com base na satisfação da condição de ser sujeito último de predicação. Com base na aplicação de tal critério (a ser referido de agora em diante como “critério do sujeito”), as *Categorias* identificam os particulares concretos, como Sócrates e Bucéfalo, como substâncias primeiras.

Na origem, portanto, da longa tradição que concede primazia ontológica aos particulares concretos está a noção segundo a qual substâncias são, sobretudo, sujeitos últimos de predicação. É, em última análise, a essa noção que se deve o estabelecimento da tradução de *ousia* por “substância”. Com efeito, ao ser empregado por Boécio (final do século V d.C. e início do VI) para traduzir as ocorrências de *ousia* nas *Categorias*, o termo latino *substantia* ressalta a compreensão de acordo com a qual os seres primeiros são sujeitos últimos. Ao que tudo indica, a incorporação de *substantia* ao vocabulário filosófico deu-se, ainda antes de seu emprego para traduzir Aristóteles, como correspondente latino

¹¹ Ver Mesquita (2005, p. 454).

¹² Recentemente, tem crescido o número de trabalhos que procuram ressaltar a importância que o livro H tem conjuntamente com Z para a compreensão da doutrina aristotélica madura da substância sensível (ver SEMINARA, 2014; MOREL, 2015; MIÉ, 2018).

¹³ Vários trabalhos contidos neste volume testemunham a longevidade dessa concepção da disposição ontológica da realidade sensível. Para um exemplo no marco da filosofia contemporânea, ver a discussão desenvolvida por Guido Imaguire no capítulo 26 deste volume.

para o termo grego *hypostasis*¹⁴, cujo sentido etimológico corresponde ao que “está sob”. Deste modo, o termo *substantia* captura a condição daquilo que *subjaz* e, assim, corresponde antes a uma caracterização da noção de *ousia* como sujeito último do que a uma tradução do termo grego.¹⁵

Dada a importância da noção de sujeito último na história do conceito de substância, ela será tomada como fio condutor para o exame comparativo entre as *Categorias* e o livro Z que será realizado nas próximas seções deste capítulo. Como se verá, o livro Z incorpora à análise da substância sensível as noções de matéria e forma, que foram introduzidas em *Física I* 7-9 para explicar o vir a ser e a mudança dos seres naturais. Com isto, seres como Sócrates e Bucéfalo, que eram tratados nas *Categorias* como itens básicos e não analisáveis, passam a ser compreendidos como compostos de matéria e forma. Neste novo cenário, Aristóteles passar a aplicar à forma a expressão “substância primeira” que, nas *Categorias*, era atribuída aos particulares concretos. O contexto em que se dão essas alterações será examinado na Parte II deste capítulo.

O livro Z da *Metafísica* é objeto de inúmeras interpretações e não há consenso quanto à compreensão de traços muito básicos das teses lá discutidas. Tais divergências, evidentemente, afetam a compreensão das relações entre as doutrinas da substância esposadas nas *Categorias* e em Z. Assim, o panorama que será desenvolvido aqui conterà em sua conclusão uma breve apreciação de como diferentes interpretações compreendem o destino dado ao critério do sujeito em Z e de como isso afeta a compreensão das relações entre os dois tratados.

PARTE I: A SUBSTÂNCIA NAS CATEGORIAS

I.1 O ser e as categorias

O objetivo do opúsculo conhecido como *Categorias* está longe de ser transparente ao seu leitor. Ele contém a exposição de uma classificação de amplíssimo escopo que resulta no que é usualmente referido como uma lista de “categorias”. De acordo com *Categorias* 4, a lista compreende substância, quantidade, qualidade, relativo, lugar, tempo, posição, posse, ação e paixão. Tradicionalmente, os itens pertencentes às categorias não substanciais são referidos como “acidentes”.

Não é claro qual é a natureza da classificação contida nas *Categorias*. De acordo com as hipóteses tradicionais, as categorias formam ou bem uma classificação de

¹⁴ Ver Arpe (1941).

¹⁵ É notável que, diferentemente do que faz ao traduzir as *Categorias*, Boécio empregue *essentia* e não *substantia* como equivalente de *ousia* em seus tratados teológicos (ver COURTINE, 1980).

natureza lógica, ou bem uma classificação de natureza ontológica.¹⁶ No primeiro caso, a lista das categorias consiste em uma classificação dos termos,¹⁷ ao passo que, no segundo, a lista corresponde a uma classificação dos seres.

Na *Metafísica*, o conjunto das categorias passou a ser associado à chamada tese da homonímia do ser. As categorias, então, são entendidas como uma classificação de seres que resulta em uma fragmentação da noção de ser. Sob esse ponto de vista, cada uma das categorias é compreendida como perfazendo um sentido de “ser”.¹⁸ Considerando, portanto, a relação entre a *Metafísica* e as *Categorias*, as teses do opúsculo serão, aqui, tratadas como compondo uma doutrina de cunho ontológico.

Tomadas conforme a interpretação ontológica, as categorias são usualmente descritas como formando uma coleção de “gêneros supremos” de tudo o que é real. Trata-se de gêneros *supremos*, dado que não há qualquer noção de maior universalidade sob a qual as categorias estejam contidas como espécies. Com efeito, a noção de ser, à qual caberia, em princípio, abarcar o conjunto das categorias como suas espécies, não pode ser compreendida como um gênero, uma vez assumida a tese da homonímia. Nesta interpretação, cada ser *x* cai sob uma das categorias, que corresponderá à resposta mais universal possível à pergunta “o que é *x*?”.

1.2 A predicação metafísica nas Categorias

Nas *Categorias*, as relações que se estabelecem entre os diferentes seres que compõem a realidade sensível são elaboradas com base na noção de predicação. Essa noção é empregada neste contexto para tratar de relações entre coisas, não entre palavras. Uma dada instância da relação de predicação relevante pode, evidentemente, ser referida por meio da asserção “Sócrates é branco”. A relação que interessa aqui, no entanto, não é aquela que se dá entre as palavras “Sócrates” e “branco”, mas a que se dá entre as coisas que são referidas por estas palavras. Assim, se a asserção “Sócrates é branco” é verdadeira, isso se dá porque há uma relação entre a cor branca e o ser humano

¹⁶ A esse respeito, ver Santos (2014, p. 30-36).

¹⁷ A compreensão da lista das categorias como classificação de termos está na base da opinião tradicional segundo a qual as *Categorias* ocupam a posição inicial no *Organon*, o conjunto de obras que foram tomadas na antiguidade como formando o *corpus* lógico de Aristóteles. (Ver BODÉÛS, 2001, p. xi-xxiii; SANTOS, 2014, p. 1-16).

¹⁸ Ver $\Delta 7$, 1017a22-24; Ross (1924, p. I, lxxxii-lxxxv) e Zingano (2003).

Sócrates. É esta segunda relação que é relevante no presente contexto. Para diferenciá-la da predicação linguística, ela é usualmente chamada de “predicação metafísica”.¹⁹

Ao recorrer à noção de predicação para tratar das relações entre seres diversos (tanto das relações entre seres pertencentes a uma mesma categoria, quanto das relações entre seres de categorias distintas), Aristóteles encontra nas *Categorias* um modo de elaborar as noções de dependência e anterioridade ontológicas. Em termos muito gerais, a relação de dependência ontológica pode ser entendida como segue: x é ontologicamente dependente de y se, para ser, x depende de que y seja. A partir dessa relação de dependência, pode-se falar em anterioridade ontológica quando entre dois itens x e y há uma relação de dependência ontológica não recíproca. Assim, se x é ontologicamente dependente de y e y não é ontologicamente dependente de x , pode-se dizer que y é ontologicamente anterior a x . Com base nisso, Aristóteles expressa a posição especial das substâncias no âmbito geral da realidade sensível dizendo que elas são seres primeiros.²⁰

Para compreender como a noção de predicação dá conta dessa primazia das substâncias, convém examinar como, em *Cat.* 2, os seres são ordenados segundo dois tipos de predicação: *a)* ser dito de um sujeito²¹ e *b)* estar em um sujeito.²²

A predicação do tipo *a)* introduz um predicado que responde, acerca do sujeito, a pergunta “o que é?”. “Ser humano” e “animal” são ditos de Sócrates, dado que revelam o que Sócrates, nele mesmo, é (diferentemente de “branco” e “generoso”, que apenas revelam o que ele calha de ser). Esse tipo de predicação diferencia gêneros e espécies, que são ditos de um sujeito, de indivíduos, que não são ditos de qualquer sujeito. Trata-se de um tipo de predicação que ocorre em cada uma das categorias. Em “branco é uma cor”, por exemplo, o predicado revela o que é o branco e, deste modo, é dito de um item da categoria da qualidade.

¹⁹ Para a distinção entre a predicação linguística e a predicação metafísica, ver, por exemplo, Lewis (1985, p. 63-65) e Loux (1991, p. 121-127). Para uma discussão acerca das relações entre a teoria da predicação e a metafísica de Aristóteles em seus diversos textos, ver Angioni (2006).

²⁰ Ver *Metaph.* Z1, 1028a14-15, 1028a32; Z13, 1038b27-28; Λ1, 1069a19-26, Λ6, 1071b5, N1, 1088b3-4.

²¹ Em outras obras, Aristóteles emprega as expressões “ser dito de um sujeito” e “ser predicado de um sujeito” para fazer referência à relação de predicação ontológica que é referida por meio da expressão “estar em um sujeito” nas *Categorias* (ver, por exemplo, *Apr.* A27, 43a25-40; *Apo* A4, 73b9-10, A22, 83a25-32 e *Metaph.* Γ4, 1007a34-b1). Essa discrepância terminológica já foi tomada como indício da inautenticidade do tratado das *Categorias* (ver MANSION, [1946] 2005).

²² A respeito do que está sendo aqui apresentado como uma distinção entre dois tipos de predicação metafísica, ver os comentários de Wellington Damasceno de Almeida no capítulo 3 desta coletânea.

Na predicação do tipo b), por sua vez, a posição de predicado é ocupada por itens que não são parte do sujeito e não podem existir separadamente dele (*Cat. 2*, 1a24-25). Trata-se da relação que os seres das categorias não substanciais estabelecem com as substâncias. Cores, tamanhos, etc. estão em um sujeito como Sócrates e Bucéfalo e, deste modo, não podem existir separadamente de seu sujeito.

Com base nesses dois tipos de predicação, os seres são divididos em quatro grandes classes que formam o que ficou conhecido como “o quadrado ontológico”. A primeira classe do quadrado (i) é composta por substâncias universais, como ser humano e cavalo, que são ditos de um sujeito, mas não estão em um sujeito. A segunda (ii) é formada por acidentes individuais, como “um certo branco” ou “um certo conhecimento gramatical”, que não são ditos de um sujeito, mas estão em um sujeito. Os itens que são ditos e estão em um sujeito constituem outra classe, (iii) a dos acidentes universais. Finalmente, a quarta grande classe (iv) é formada pelas substâncias individuais, como Sócrates e Bucéfalo, que nem são ditos, nem estão em um sujeito.

I.3 Acidentes individuais e universais

Como se viu, há indivíduos em todas as categorias (conforme as seções ii e iv do quadrado ontológico). Há uma grande questão interpretativa com relação aos acidentes individuais. Para compreendê-la, é preciso ter em mente que a noção de “indivíduo” está sendo compreendida como correspondendo ao que é indivisível (*atomon*). Ela não pode, sem mais, ser identificada com a noção de “particular” (*kath’hekaston*). O particular corresponde ao que, ao contrário do universal, não pode ser predicado de diversas coisas (*Int.7*, 17a38-17b1). Frequentemente, Aristóteles emprega “indivíduo” para fazer referência aos particulares. Dependendo do critério de divisibilidade relevante, no entanto, é possível tomar itens não particulares como “indivíduos”. Espécies, como cavalo ou ser humano, por exemplo, são ditas “indivíduos” porque, ao contrário de um gênero, como animal, não são diferenciáveis pela adição de diferenças específicas.²³

Nas *Categorias*, os indivíduos substanciais são inequivocamente particulares, como Sócrates e Bucéfalo. De acordo com uma interpretação tradicional, também os indivíduos das categorias não substanciais são particulares.²⁴ Assim, um exemplo de acidente individual seria o branco da pele de Sócrates (em oposição, por exemplo, ao branco da pele de Cálías). Nesta concepção, os acidentes individuais são propriedades exclusivas de seus sujeitos. De acordo com uma interpretação alternativa, no entanto, os acidentes individuais são as espécies maximamente determinadas das categorias não

²³ Ver *Apo. II* 13, 96b16; *Metaph. Z8*, 1034a8.

²⁴ Ver Ackrill (1963) e, para uma defesa mais recente da tese tradicional, Wedin (2000, p. 38-66).

substanciais.²⁵ Um exemplo de acidente individual seria, então, um tom específico de branco, por exemplo. Trata-se, agora, de um universal que pode ser compartilhado por Sócrates e Cálías, supondo que tenham o mesmo tom de pele.

Em qualquer interpretação, os acidentes individuais são reais na medida em que estão em um sujeito substancial particular. No que diz respeito aos acidentes universais, no entanto, o ponto é controverso. De acordo com uma leitura tradicional, os acidentes universais não são diretamente predicados de um sujeito particular. O universal cor, por exemplo, é entendido como sendo dito de um acidente individual, como o branco da pele de Sócrates, que, por sua vez, está no sujeito último Sócrates. Assim, a dependência dos acidentes universais em relação aos particulares concretos é entendida em duas etapas. Na primeira, o acidente universal é relacionado a um acidente individual por meio de uma predicação do tipo a) e, na segunda, este acidente individual é relacionado a uma substância particular por meio de uma predicação do tipo b). Essa leitura, no entanto, foi alvo de críticas nas últimas décadas²⁶ e demanda que se tome como formulação “abreviada e descuidada” (ACKRILL, 1963, p. 83) o que Aristóteles expressamente afirma em *Cat.* 5, 2b1-3: “Por outro lado, a cor está no corpo e, portanto, também num certo corpo; pois se não estivesse em nenhum dos corpos individuais, não estaria de todo no corpo” (tradução de R. Santos). Nesta passagem, a própria cor e não apenas o branco é dita estar em um corpo particular, de modo que ela é predicada de um sujeito último. Em qualquer uma das interpretações, no entanto, permanece verdadeiro que os acidentes universais são, direta ou indiretamente, ontologicamente dependentes dos particulares concretos.

I.4 Substâncias primeiras e substâncias segundas

No quadrado ontológico, a seção iv), das coisas que nem são ditas, nem estão em um sujeito é reservada aos seres de cuja realidade depende a realidade de tudo mais. Os particulares concretos são, assim, identificados como seres primeiros na medida em que não são, em qualquer sentido, predicados de coisa alguma, ao passo que todos os demais seres são, de um modo ou de outro, predicados deles.²⁷

Nas *Categorias*, portanto, a condição de ser sujeito último de predicação (o “critério do sujeito”, como convencionado anteriormente) demarca os seres ontologicamente mais fundamentais da realidade sensível. Nem todas as substâncias, no entanto, satisfazem tal

²⁵ Ver Owen (1965) e Frede ([1978] 1987a). Para uma discussão sobre o debate acerca dos acidentes individuais nas *Categorias*, ver Santos (2014, p. 36-39).

²⁶ Ver Owen (1965); Frede ([1978] 1987a) e Lewis (1991, p. 63-73).

²⁷ Ver *Cat.* 5, 2b3-6; 2b15-17; 2b37-3a1; 3a7-9.

critério. Como se viu, a seção i) do quadrado ontológico é reservada aos seres que não estão em um sujeito e, portanto, são substâncias, mas são ditos de um sujeito e, portanto, são universais. Dado que tais seres não são sujeitos últimos (pois são predicados à maneira a), eles não são substâncias no sentido mais próprio do termo, sendo classificados como “substâncias segundas”.²⁸

Aristóteles, assim, emprega a noção de substância com diferentes graus de rigor. Seres como o ser humano universal e o cavalo universal são substâncias a título secundário, na medida em que sua realidade depende de uma relação predicativa do tipo a) que toma uma substância individual como sujeito. A realidade de seres como Sócrates e Bucéfalo, por sua vez, não depende da realidade de qualquer outro ser, uma vez que não são predicados de coisa alguma. Na medida em que satisfazem o critério do sujeito, tais seres são tomados como “substâncias primeiras”.²⁹

Nas *Categorias*, o critério do sujeito é entendido como assegurando que um dado particular concreto seja um “este-algo” (*tode ti*), expressão que é empregada em diferentes obras de Aristóteles para destacar as substâncias em sentido próprio dos demais seres.³⁰ Ainda que seu sentido jamais seja devidamente explicado, ela parece indicar a *determinação ontológica* que é própria das substâncias genuínas. Com efeito, pode-se argumentar que o este-algo não seja aplicável a acidentes e a substâncias universais porque, de diferentes modos, ambos são insuficientemente determinados para que correspondam, por si mesmos, a algo no mundo. Tomado em si mesmo, o branco não corresponde a coisa alguma na realidade, dado que nada é branco sem ser, adicionalmente, um ser humano, um cavalo ou alguma outra substância particular que calhe de ser branca. Desse modo, é apenas por intermédio de seu sujeito substancial que o branco pode corresponder a algo no mundo.³¹ Substâncias universais tomadas em si mesmas, por outro lado, falham em corresponder a algo no mundo porque universais não instanciados não possuem qualquer realidade. Não há ser humano que não seja Sócrates, ou Cálias, ou Xantipa e assim por diante. Deste modo, é por meio de suas instâncias particulares que uma substância universal corresponde a algo na realidade.

Enquanto substâncias, os particulares concretos pertencem a um tipo de coisa que não depende de uma relação com um ser de outra natureza para designar algo no mundo.

²⁸ Ver *Cat.* 5, 2a14-19; 2b29-34; 3a9-15.

²⁹ Ver *Cat.* 5, 2a11-14; 3a7-9; 3a36-37.

³⁰ Ver *Cat.* 5, 3b10-12; ver também *Apo.* A4, 73b7; *De an.* A1, 402a24; *Metaph.* Z3, 1029a28; H1, 1042a26-28; 1042b1-3; K2, 1060b1; etc. Para uma discussão clássica sobre o sentido da expressão *tode ti*, ver Smith ([1921] 2005). Uma discussão recente pode ser encontrada em Corkum (2019).

³¹ Ver *Apo.* A4, 73b5-8; A22, 83a30-33 e *Metaph.* Z1, 1028a18-20.

Na medida em que são substâncias *particulares*, por sua vez, eles são instâncias da espécie substancial à qual pertencem e, assim, correspondem diretamente a algo no mundo. Deste modo, na medida em que nem é dito de um sujeito e nem está em um sujeito, um particular concreto satisfaz o que é requerido para ser este-algo. Nas *Categorias*, portanto, essa condição é apenas satisfeita pelo que é substancial e individual (*Cat.* 5, 3b10-16).

PARTE II: A SUBSTÂNCIA EM METAFÍSICA Z

II.1 O livro Z e as Categorias

Em uma primeira leitura, o início do livro Z da *Metafísica* pode criar uma impressão de continuidade quanto à doutrina das *Categorias*. O livro começa com uma explanação acerca da dependência dos acidentes em relação às substâncias particulares que, em linhas gerais, retoma a perspectiva das *Categorias*.³² A impressão de continuidade, contudo, desfaz-se nos capítulos seguintes, quando os itens que eram tomados como substâncias primeiras no opúsculo são examinados a partir de um novo instrumental conceitual.

Em Z, os particulares concretos são compreendidos como resultando da composição entre matéria e forma. Diferentemente do que ocorria nas *Categorias*, a análise da realidade de seres como Sócrates e Bucéfalo não se esgota mais com a sua identificação como indivíduos pertencentes a espécies substanciais. Com efeito, a existência de tais seres como membros de uma dada espécie passa a ser explicada a partir da relação entre matéria e forma. Enquanto seres vivos, Sócrates e Bucéfalo são constituídos de um corpo orgânico (sua matéria) e de uma alma, respectivamente, humana e equina (sua forma). O corpo de um ser vivo é especialmente composto e organizado para realizar as funções próprias da alma. Na medida em que um dado corpo está constituído de modo a realizar tais funções, resulta haver, dependendo do tipo de alma, um ser humano, um cavalo e assim por diante.

Em Z, portanto, os particulares concretos não podem ser tomados como itens básicos à maneira das *Categorias*. Pode parecer, então, que seres como Sócrates e Bucéfalo tenham perdido a primazia ontológica da qual desfrutavam nas *Categorias*. Com efeito, diversos aspectos da doutrina de Z sugerem que a forma tenha tomado o lugar que fora anteriormente reservado aos particulares concretos. Um primeiro indício a esse

³² Ver Z1, 1028a18-20; ver também Γ2, 1003b7-10.

respeito está no fato da forma ser dita este-algo,³³ expressão que, como se viu, demarca as substâncias dos demais seres. Ainda mais significativo, no entanto, é o fato de Z aplicar à forma a expressão “substância primeira” que, no opúsculo, era atribuída aos particulares concretos. Assim, ao menos em uma primeira análise, Z parece reformar radicalmente a concepção da realidade sensível que fora desenvolvida nas *Categorias*. O ponto de coesão do mundo sensível parece ter-se deslocado do particular concreto para a sua forma.

A despeito, contudo, de quão sugestivos sejam tais indícios, uma conclusão quanto ao escopo e à profundidade das reformas promovidas na doutrina herdada das *Categorias* depende de um exame da perspectiva geral sob a qual se desenvolve a investigação da substância em Z. Para bem avaliar o ponto, é importante distinguir no âmbito do estudo da substância as questões “da população” e “da natureza”. Responder a primeira consiste em dizer quais coisas são substâncias. Responder a segunda, por sua vez, corresponde a determinar em que consiste a substancialidade de algo que é uma substância.³⁴ Nas *Categorias*, a questão da população é respondida pela identificação dos particulares concretos como substâncias. A questão da natureza, por sua vez, recebe pouca atenção explícita no opúsculo, sendo solucionada fundamentalmente pela introdução do critério do sujeito. Em Z, por contraste, a questão da natureza desempenha claramente um papel central.

Com a preponderância da questão da natureza, torna-se notável, em Z, um uso da noção de *ousia* que a maioria dos intérpretes considera estar ausente nas *Categorias*. À compreensão da *ousia* como ser primeiro, a *Metafísica* adiciona um uso do termo de acordo com o qual a substância é dita ser a causa ou explicação *do ser* de algo.³⁵ Assim compreendida, a *ousia* corresponde a um predicado diádico (“x é a substância de y”), ao passo que, em seu uso primário, *ousia* é um predicado monádico (“x é uma substância”).³⁶ Diferentes interpretações entendem ou bem que a forma é substância apenas em uso diádico ou bem que ela é, adicionalmente, substância em uso monádico. Evidentemente,

³³ Trata-se de algo que ocorre ao longo da *Metafísica* e não apenas em Z: ver $\Delta 8$, 1017b25-26; Z3, 1029a28-30; H1, 1042a28-29; $\Theta 7$, 1049a35.

³⁴ Adoto a formulação de Galluzzo e Mariani (2006, p. 83-85).

³⁵ Ver: *Metaph.* $\Delta 8$, 1017b14-16, Z17, 1041b27-28, Z2, 1043a2-4, Z3, 1043b13-14; *De an.* B4, 415b12-14.

³⁶ No capítulo 2 desta coletânea, Carolina Araújo apresenta a distinção conceitual correspondente aos usos de *ousia* como predicado monádico e diádico nos termos de uma distinção entre, respectivamente, um sentido extensivo ou denotativo e um sentido intensivo ou conotativo de *ousia*. Cabe registrar que alguns tradutores optam por empregar “substância” como tradução de *ousia* quando o termo ocorre em uso monádico e “essência” quando o termo ocorre em uso diádico.

cada uma dessas duas alternativas cria possibilidades diversas para a compreensão das relações entre Z e as *Categorias*.

Como se pode perceber, um exame pormenorizado das alterações sofridas pela doutrina da substância no transcurso das *Categorias* a Z deve considerar diversas questões. Em especial, é preciso verificar se, em Z, a forma toma o lugar que era ocupado pelo particular concreto nas *Categorias* ou se, ao ser caracterizada como “substância primeira”, a forma está sendo compreendida como desempenhando um papel diverso e complementar ao que fora atribuído às substâncias primeiras do opúsculo. A resposta a esta questão central depende de um exame do destino dado ao critério do sujeito em Z. Não há uma resposta unívoca na literatura a esse respeito, como se verá em breve.

II.2 O critério do sujeito em Z

Após apresentar em Z2 um conjunto de possíveis respostas à questão da população, Aristóteles afirma que tal problema somente pode ser solucionado após um exame do que é a substância (1028b27-32). Com isso, tem início a discussão da questão da natureza, que, de um modo ou de outro, estende-se por todo o livro Z.

Como seria de se esperar, a adoção explícita de uma agenda quanto à natureza da substância promove, entre outras coisas, um exame do critério do sujeito. Na *Metafísica*, Aristóteles segue admitindo que tal critério tenha um apelo intuitivo.³⁷ Com efeito, os particulares concretos não deixam de ser tomados como sendo, *em algum sentido*, substâncias,³⁸ o que parece estar vinculado ao modo como satisfazem o critério de sujeito.³⁹ Dizer, no entanto, que particulares concretos são substâncias em algum registro não corresponde, necessariamente, a tomá-los como seres primeiros. Assim como as *Categorias* adotavam a distinção entre substâncias primeiras e segundas, a *Metafísica* segue empregando a noção de substância segundo diferentes graus de rigor e exigência (ainda que a expressão “substância segunda” não seja mais expressamente empregada). O exame do critério do sujeito, portanto, dá lugar, entre outras coisas, a uma reavaliação do modo pelo qual os particulares concretos são tomados como substâncias.

O exame de tal critério ocorre, fundamentalmente, em Z3, que marca o início efetivo da investigação em Z. Após a exposição de um pequeno conjunto de hipóteses quanto à natureza da substância sensível (1028b33-36), Z3 concentra o foco sobre o critério do sujeito. De diferentes modos, diz Aristóteles, a matéria, o composto e também a

³⁷ Ver Z3, 1029a1-2 e 1029a7-9.

³⁸ Ver Z2, 1028b8-13, Z3, 1029a33-34; Z7, 1032a18-19; H1, 1042a7-11; 1042a24-25.

³⁹ A condição ontológica privilegiada dos particulares concretos é expressamente associada à tese segundo a qual tais entes são sujeitos últimos de predicação em Δ 8, 1017b10-14.

forma são ditos serem sujeitos últimos (1029a2-5).⁴⁰ Assim, decorre da incorporação da distinção entre matéria e forma que a condição de ser sujeito último deixa de fornecer uma resposta inequívoca quando tomada como parâmetro da substancialidade no mundo sensível.

O principal resultado da análise desenvolvida em Z3, no entanto, consiste na exposição de uma séria limitação da adoção da condição de ser sujeito último como critério único de substancialidade. Em uma espécie de redução ao absurdo, Aristóteles propõe um exercício que consiste em apartar do sujeito último tudo o que pode ser predicado dele (1029a10-27). Supondo que a substância corresponda ao sujeito último, esse processo deveria ser capaz de pôr a nu a substância, isolando-a de tudo o que é predicado dela.

Assim, Aristóteles propõe que consideremos um objeto sensível qualquer, como uma estátua, e imaginemos, inicialmente, a exclusão de suas propriedades ordinárias, como afecções, ações e potências. Em seguida, Aristóteles sugere que também retiremos dela as propriedades que delimitam suas dimensões corpóreas, a saber, comprimento, largura e profundidade. O resultado, segundo Aristóteles, é que apenas a matéria restará – não uma matéria determinada, como o bronze, mas uma matéria completamente desprovida de propriedades (1029a19-27). Pelo critério empregado, essa matéria que resta ao final do exercício deveria corresponder à substância.

Não é certo que Aristóteles reconheça a matéria totalmente desprovida de propriedades como um conceito ontológico aceitável. Independentemente disso, do ponto de vista do argumento de Z3, o importante é que tal matéria não pode ser tomada como substância. Ela não satisfaz as condições distintivas da substância que estão associadas às noções de este-algo e “separado” (*chōriston*; 1029a27-30).

Assim como ocorre com a noção de este-algo, o sentido da noção de separado jamais é expressamente esclarecido por Aristóteles. No entanto, se a noção de este-algo parece marcar a determinação que é própria da substância, o separado parece apontar para a sua autonomia ontológica⁴¹. O caminhante e o sentado, com efeito, são seres em virtude de sua relação com a substância, ao passo que a substância é um ser de modo autônomo, o que, no vocabulário de Z, corresponde a ser separado.⁴² Em qualquer interpretação, no entanto, nem a condição associada ao este-algo, nem a condição

⁴⁰ Como se verá em breve, a inclusão da forma ao lado da matéria e do composto no conjunto dos itens que satisfazem o critério do sujeito causa perplexidade em um bom número de intérpretes.

⁴¹ Para um exame das várias interpretações da noção de separado, ver a contribuição de Wolfgang Sattler ao presente volume (capítulo 5).

⁴² Ver Z1, 1028a20-30; 1028a33-34.

associada ao separado pode ser satisfeita por algo que é completamente desprovido de propriedades.

II.3 O critério da essência

Para além do critério do sujeito, Aristóteles explora em Z outra perspectiva da substancialidade que parece concentrar-se justamente sobre o que ficou a descoberto a partir da noção de sujeito. Com efeito, a substância deve ser aquilo que mais completa e verdadeiramente é, e nada é sem ser *algo*. Deste modo, é necessário assegurar que o ser da substância, mais do que o ser de qualquer outra coisa, seja determinado. Surge, então, o seguinte critério de substancialidade, que será daqui para adiante referido como “critério da essência”: uma substância é o que, em sentido próprio, tem uma essência.

Como se viu, o termo *essentia* foi originalmente empregado para traduzir *ousia*. O termo, no entanto, estabeleceu-se posteriormente como tradução de *to ti ēn einai*, que é o que está em discussão no momento. Assim compreendida, a essência de *x* é expressa por meio da resposta completa e rigorosa à pergunta “o que é *x*?”.⁴³

Evidentemente, também os seres não substanciais possuem um certo ser, ainda que parcialmente indeterminado e dependente. Em certo sentido, portanto, mesmo seres acidentais têm essência e definição. No entanto, Aristóteles estabelece que, tomadas em sentido estrito, definição e essência atribuem-se apenas às substâncias. Nesta perspectiva, a posição ontologicamente privilegiada das substâncias primeiras exige que o seu ser tenha caráter básico ou fundamental e não dependa do ser de itens distintos. Deste modo, em Z4 Aristóteles desenvolve um condicionante para que algo tenha essência em sentido estrito e, com isso, qualifique-se como substância em sentido próprio:

- E₁) Apenas itens que satisfazem uma condição rigorosa de unicidade têm essência em sentido estrito (Z4, 1030a2-17).⁴⁴

De acordo com o argumento de Z4, a condição de unicidade referida em E₁) não é satisfeita por qualquer item que consista em “uma coisa dita de outra”. Caso típico do que *não* satisfaz tal critério de unicidade são os compostos que resultam da combinação de

⁴³ *Top.* A5, 101b38; A8, 103b9-10; H5, 155a21; *Metaph.* H 1, 1042a17. A importância que as definições têm no pensamento de Aristóteles é testemunho de sua inserção na tradição socrático-platônica. A respeito do papel que a pergunta “o que é?” tem nos diálogos socráticos, ver a contribuição de Anderson Borges a esta coletânea.

⁴⁴ Para a restrição da essência em sentido rigoroso às substâncias, ver ainda Z4, 1030a28-32; 1030b5-6; Z5, 1031a11-14.

uma substância com um item pertencente a uma categoria secundária, como o ser humano branco. Dado que a relação entre o ser humano e a brancura é extrínseca a ambos, o enunciado que expressa o que é o ser humano branco não designa uma essência. Com efeito, uma essência em sentido próprio corresponde ao ser de um item primário e, portanto, deve ser ontologicamente básica de um modo que não poderia corresponder ao resultado da relação entre dois itens diversos entre si, como o ser humano e a brancura.

Uma vez que a essência de x determina o que x é, Aristóteles entende que x será ontologicamente posterior à sua essência nos casos em que ambos forem distintos entre si. No entanto, a substância em sentido próprio não pode ser posterior a coisa alguma, devendo, portanto, conformar-se à seguinte estipulação adicional:⁴⁵

- E_2) Seres primeiros são, em sentido próprio, o mesmo que suas respectivas essências (Z6, 1031a28-29).

Com isso, o exame da questão da natureza em Z explora duas perspectivas da substancialidade no mundo sensível: na primeira dessas perspectivas, ser uma substância consiste em ser um sujeito último; na segunda perspectiva, ser uma substância corresponde a ter uma essência em sentido próprio. Resta saber como essas duas perspectivas relacionam-se entre si.

II.4 Sujeito, essência, particular concreto e forma

Diante do resultado negativo da análise de Z3 e da atenção dedicada no restante de Z à noção de essência, uma hipótese que naturalmente se insinua é aquela segundo a qual o critério do sujeito tenha sido recusado em favor do critério da essência. Com efeito, esta perspectiva poderia dar sentido ao fato de Aristóteles, em Z, passar a aplicar à forma a expressão “substância primeira”, uma vez que há razões para crer que o particular concreto não satisfaz E_1 e E_2 .

Com relação a E_1 , as limitações do particular concreto decorrem de seu caráter composto. Na medida em que resulta da composição entre matéria e forma,⁴⁶ o particular concreto pode ser tomado como o resultado de “uma coisa dita de outra”, de modo a não satisfazer a condição de unicidade que é estabelecida em Z4 para que algo tenha essência em sentido forte. Nesta perspectiva, seres como Sócrates e Bucéfalo podem,

⁴⁵ Ver Z6, 1031a28-1031b3.

⁴⁶ Para uma interpretação que recusa a compreensão da relação de matéria e forma como uma composição, ver Kosman (2013).

evidentemente, possuir essências, mas não no sentido rigoroso que é reservado às substâncias.

No que diz respeito a E_2 , é necessário, em primeiro lugar, considerar a relação que se estabelece entre uma dada forma e o particular concreto do qual ela é forma. É em virtude da forma que uma certa porção de matéria resulta ser, por exemplo, um ser humano (Z17, 1041b5-9). Isso faz da forma a causa do ser de um ser humano particular e, portanto, sua *ousia* no registro diádico. Diversas passagens sugerem que a essência de cada coisa corresponde à sua *ousia*.⁴⁷ Deste modo, se a forma é substância do particular concreto, então ela é, também, sua essência.⁴⁸

Pois bem, se particulares concretos compõem-se de matéria e forma e se a sua essência restringe-se à forma, então é necessário concluir que Sócrates e as demais substâncias primeiras das *Categorias* não são o mesmo que suas essências. Deste modo, há razões para sustentar que os particulares concretos fracassam tanto com relação a E_1 como também com relação a E_2 .

A forma, por sua vez, parece satisfazer os dois aspectos do critério da essência. Em primeiro lugar, ela claramente não está sujeita ao mesmo tipo de composição que é própria do particular concreto. Com efeito, Z8 apresenta um argumento que pretende mostrar que a forma não está sujeita ao processo de geração pelo qual o composto vem a ser (1033a24-1033b19). Deste modo, as razões que estão na base da concepção, segundo a qual o particular concreto é um composto de matéria e forma, não se aplicam à forma tomada em isolado. Além disso, mesmo aceitando que a forma seja complexa quanto à sua estrutura, Z12 pretende estabelecer que suas partes relacionam-se de modo a resultar em uma unidade intrínseca. Com isto, tudo indica que a forma satisfaz o critério E_1 . Não há, de resto, qualquer sugestão em Z de que haja um item ontologicamente anterior à forma que desempenhe o papel de sua essência. Ela é, portanto, o mesmo que a sua essência e, assim, satisfaz E_2 .⁴⁹

É certo, ainda, que o particular concreto seja ontologicamente dependente da sua forma, ainda que não no sentido em que a noção de dependência ontológica era compreendida nas *Categorias*. O particular concreto evidentemente não é predicado de sua forma, mas dela depende para ser o que é, não sendo verdadeiro o inverso. Isso

⁴⁷ *Metaph.* Δ8, 1017b21-22; Z7, 1032b1-2; H1, 1042a17.

⁴⁸ Para uma leitura que recusa a identificação entre a forma e a essência de um particular concreto, ver Loux (1991).

⁴⁹ Em Z16, 1040b23-24, Aristóteles afirma que a substância pertence apenas a si própria e àquilo de que é substância. A partir disso, pode-se sustentar que a forma de x é essência e substância de x e também de si própria.

torna a forma (ao menos em certo sentido) ontologicamente anterior ao particular concreto.

Estas considerações mostram que o critério da essência favorece a forma em detrimento do particular concreto. É, no entanto, precipitado concluir que o critério do sujeito tenha sido recusado de todo em Z. Com efeito, na *Metafísica*, tal critério não é apenas referido no contexto das discussões preliminares destinadas a identificar uma concepção de substancialidade dotada de alguma plausibilidade inicial. O critério do sujeito reaparece em textos que expressam a posição refletida de Aristóteles e, notadamente, em porções de Z posteriores à análise de Z3.⁵⁰

Uma vez excluída a hipótese da rejeição total do critério do sujeito, restam duas possibilidades a se considerar. Na primeira alternativa, Z segue tomando a satisfação do critério do sujeito como condição necessária para que algo seja uma substância. Entende-se, então, que os critérios do sujeito e da essência são conjuntamente satisfeitos pelos mesmos itens. Na segunda alternativa a ser considerada, por sua vez, entende-se que a satisfação do critério do sujeito é condição suficiente, mas não necessária para que algo seja tomado como substância. Apenas na primeira das duas linhas de interpretação, a satisfação do critério do sujeito é decisiva para a atribuição da condição de substância primeira à forma.

II.5 Alternativa 1: o critério do sujeito é decisivo em Z

A primeira das duas linhas de interpretação será discutida a partir daquela que é a sua formulação mais notória, ou seja, a que se encontra nos trabalhos de Michael Frede ([1978] 1987a e [1985] 1987b) e no comentário a Z publicado em conjunto com Günther Patzig (1988).⁵¹ Nesta alternativa, o livro Z é compreendido como um trabalho voltado, fundamentalmente, ao mesmo objetivo que fora buscado nas *Categorias*, ou seja, responder a questão “o que queremos dizer com ‘substância’, *quando distinguimos substâncias de itens em outras categorias?*” (FREDE, [1985] 1987b, p. 80, ênfase minha, tradução minha). Nesta leitura, um traço importante da doutrina das *Categorias* permanece inalterado em Z: a substância primeira segue sendo compreendida como

⁵⁰ Ver Δ 8, 1017b22-23; Z13, 1038b2-6; 1038b15-16; H1, 1042a26; 1042a32-1042b8; Θ 7, 1049a29-30. Deve-se, também, notar que em Z3 Aristóteles afirma que o critério do sujeito fornece uma concepção da substância “em linhas gerais” (*tupōi*: 1029a7-9). Isso sugere que uma concepção robusta da substância não pode estar limitada ao critério do sujeito, mas não que tal critério deva ser simplesmente recusado.

⁵¹ Um detalhado exame dessa influente obra pode ser encontrado em Whitting (1991). Outra leitura que toma a forma como satisfazendo o critério do sujeito pode ser encontrada em Irwin (1988) (ver, especialmente, capítulo 10).

sujeito último. Um exame fino dos particulares concretos, no entanto, mostraria que, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, eles não se qualificam como sujeitos últimos. Este papel seria desempenhado pelas formas substanciais, que, assim, passam a ocupar o lugar que anteriormente pertencia aos particulares concretos na resolução da questão da população.

Nas *Categorias*, Sócrates era compreendido como um particular de natureza determinada (um este-algo), de cuja realidade dependia a realidade de seus atributos acidentais (sua cor, seu tamanho, seu peso, etc.). Segundo Frede e Patzig, no entanto, essa distinção entre Sócrates e seus atributos acidentais não resiste a um exame cuidadoso. Esse conjunto de seres acidentais que ordinariamente descrevemos como atributos *de* Sócrates seria, na verdade, parte integrante disso que chamamos de “Sócrates”. Nesta perspectiva, o particular concreto, não é apenas um composto de matéria e forma, mas é tal composto acrescido de um feixe ou fardo de acidentes. Sócrates seria um composto de matéria e forma *mais* a cor, o peso, o tamanho e todas as demais propriedades acidentais que, ordinariamente, descrevemos a cada momento como pertencentes a Sócrates.⁵²

A existência de um particular concreto é marcada pela sucessão de inúmeros conjuntos de propriedades acidentais. A despeito disso, o particular concreto tem coerência e unidade, de tal modo que se pode falar do *mesmo* Sócrates que era inculto e hoje é instruído, que estava na ágora e hoje está no areópago e assim por diante. Os acidentes, com efeito, estão conectados nisso que identificamos como um ser humano particular por intermédio de um sujeito que permanece o mesmo ao longo da história do particular concreto. É em virtude de tal sujeito que podemos identificar Sócrates como algo determinado, cuja trajetória ao longo do tempo tem a consistência de uma vida humana particular.

Pode-se entender a partir de Z3 que o sujeito corresponde, em sentidos diversos, à matéria, à forma e ao composto. Cada um desses, à sua maneira, contribui para a coesão e coerência do particular concreto, tal como compreendido por Frede e Patzig. No entanto, os três itens que desempenham o papel de sujeito não estão em pé de igualdade. O composto resulta da composição entre matéria e forma e, desse modo, é posterior a ambos. O papel da matéria, por sua vez, está subordinado ao da forma, que determina o tipo de material necessário à constituição de um particular de uma dada espécie. Além disso, as porções de matéria que constituem o corpo de um particular concreto alteram-se ao longo da existência do particular, sem que, com isso, a identidade do particular se altere. A matéria, portanto, não pode corresponder ao item que consistentemente subjaz aos inúmeros acidentes que compõem Sócrates de modo a

⁵² Ver Frede (1987b, p. 74).

assegurar não apenas a sua unicidade em um dado momento, mas também sua identidade ao longo do tempo.

Uma vez que nem o composto, nem a matéria podem corresponder em sentido primeiro ao sujeito que assegura a unicidade e a identidade de Sócrates, cabe concluir que tal papel é desempenhado pela forma. Com efeito, os acidentes são integrados em um todo que é um *ser humano*. Assim, a causa que assegura a unicidade e a identidade de Sócrates corresponde, em última análise, à causa pela qual Sócrates é um ser humano, ou seja, à sua forma.

Neste ponto, é importante ressaltar um aspecto particularmente controverso desta interpretação. Dado que a forma está sendo entendida como desempenhando diretamente (e não por intermédio de sua relação com a matéria) o papel de garantir a unicidade e a coerência do particular concreto, ela deve ser de caráter particular. Trata-se de uma compreensão que diverge das leituras tradicionais, nas quais uma mesma forma é entendida como sendo compartilhada por todos os membros de uma mesma espécie.

A hipótese da forma como particular gerou um intenso debate a partir da segunda metade do século XX e não há como abordar o ponto aqui de maneira adequada.⁵³ Para os propósitos deste trabalho, bastarão algumas observações. Em primeiro lugar, Z13 contém a afirmação segundo a qual “parece ser impossível que qualquer uma das coisas ditas universalmente seja substância” (1038b8-9, tradução minha), que fornece considerável apoio à tese particularista. Além desse texto, um importante elemento na defesa de Frede e Patzig está no fato de, na *Metafísica*, a forma ser dita um este-algo,⁵⁴ condição que, segundo as *Categorias*, é satisfeita apenas pelo que é um quanto ao número (*Cat.* 5, 3b10-14). Tem-se nisso claro suporte à tese da particularidade das formas, desde que se possa trazer para a *Metafísica* a concepção do este-algo que é exposta nas *Categorias*.⁵⁵ Finalmente, dado que Frede Patzig tomam a forma como satisfazendo o critério do sujeito, a sua posição também pode buscar apoio no fato que as *Categorias* identificam o sujeito último com o ser particular da categoria da substância.

⁵³ Para apreciações detalhadas do debate em torno ao caráter universal ou particular das formas, ver Zingano (2005) e Galluzzo e Mariani (2006, p. 167-211).

⁵⁴ Δ8, 1017b25-26; Z3, 1029a28-30; H1, 1042a28-29; Θ7, 1049a35; Λ3, 1070a11.

⁵⁵ O ponto está longe de ser consensual. Para Loux, por exemplo, a particularidade da forma não é estabelecida pela compreensão da forma como este-algo (ver 1991, p. 143-146). De acordo com Loux, ao dizer que a forma é um este-algo, Aristóteles estaria usando a expressão em um sentido algo expandido. Ela não seria este-algo no mesmo sentido em que tal expressão é aplicada ao particular concreto. Com efeito, o particular concreto seria este-algo por ser numericamente uno, ao passo que a forma seria tomada como este-algo por ser o fator em virtude do qual um particular concreto é este-algo em sentido próprio.

Na leitura de Frede e Patzig, portanto, em Z, a forma substancial é, ao mesmo tempo substância *do* particular concreto e substância primeira no sentido em que as *Categorias* empregavam tal expressão. A substância seguiria sendo entendida como sujeito último, mas aquilo que desempenha tal papel não seria mais identificado com o particular concreto e sim com a sua forma.

II.6 Alternativa 2: o critério do sujeito está presente, mas não é decisivo em Z

Em contraste com a interpretação que toma o critério do sujeito como fator decisivo de substancialidade em Z, há uma família de interpretações que, de diferentes modos, retiram tal critério do centro da doutrina da substância de Z. Neste caso, há um considerável conjunto de intérpretes que exploram alternativas bastante diversas entre si. Em uma variante desta interpretação, sustenta-se que uma leitura atenta do texto de Z revela que o livro não contém em absoluto a afirmação segundo a qual a forma é sujeito último de predicação.⁵⁶ Em outra variante, entende-se que o livro contém tal afirmação, mas que ela está longe de ter a importância atribuída a ela pela leitura que toma o critério sujeito como condição necessária de substancialidade em Z.⁵⁷

Nesta perspectiva, sustenta-se que Z relaciona o critério do sujeito não à forma, mas ao composto e à matéria. Com efeito, em Z13, 1038b5-6, Aristóteles menciona dois e não três modos de satisfazer tal critério: ou como aquilo que é este-algo e é sujeito de afecções ou como a matéria que é sujeito da atualidade (*entelecheia*).⁵⁸ O primeiro desses modos diz respeito à maneira pela qual o particular concreto é sujeito dos acidentes, ao passo que o segundo seleciona a matéria como sujeito do qual a forma é predicada na constituição do composto.

Nesta alternativa, os critérios do sujeito e da essência não são necessariamente convergentes. Ao contrário, eles parecem introduzir uma dualidade na noção de *ousia*: algumas coisas são substâncias por serem sujeitos últimos e outras, por terem uma essência em sentido próprio. Seria pelo segundo e não pelo primeiro critério que a forma resulta ser substância.

⁵⁶ Bonitz sugeriu que a menção à forma como sujeito ao lado da matéria e do composto em Z3 se deva a um lapso da parte de Aristóteles (1849, p. II 301). Para reconstruções do texto de 1029a2-3 que evitam a inclusão da forma entre os itens que desempenham o papel de sujeito, ver Boehm (1965, p. 44) e, recentemente, Zingano (2020).

⁵⁷ Para propostas que procuram, ainda que não excluir, ao menos amenizar significativamente a importância da afirmação segundo a qual a forma é sujeito, ver Loux (1991, p. 231) e Wedin (2000, p. 169).

⁵⁸ Comparar com $\Theta 7$, 1049a27-36.

A partir dessa dualidade, pode-se sustentar que a doutrina da substância de Z não é dotada da mesma coesão que a sua predecessora das *Categorias*. Em lugar de adotar um critério único, Aristóteles teria, em Z, concluído que itens diversos devem ser tomados como seres primeiros com base, respectivamente, nos critérios do sujeito e da essência. Não haveria, então, uma resposta unívoca à pergunta sobre quais são os seres básicos da realidade sensível.⁵⁹

Uma outra alternativa consiste em tratar a dualidade da noção de substância como decorrendo da adoção na doutrina da substância de planos de análise distintos. Em linhas gerais, o primeiro plano trataria das substâncias como sujeito de afecções, ao passo que o segundo procuraria explicar por que tais itens são substâncias. Deste modo, os particulares concretos e as formas ocupariam dimensões distintas na doutrina da substância de Z. Longe de disputar a posição que fora atribuída aos particulares concretos nas *Categorias*, as formas seriam as causas da substancialidade dos particulares. A satisfação do critério da essência seria condição para que as formas desempenhem o seu papel explicativo com relação aos particulares concretos.

A distinção dos planos de análise é, por vezes, defendida com base na distinção introduzida em H1 entre ser separado *sem mais* e ser separado *segundo a definição* (1042a26-31). De acordo com um modo pelo qual essa distinção é explorada, a noção de separado em sua primeira compreensão diz respeito ao particular concreto, marcando sua prioridade existencial e, assim, sua posição central no mundo sensível. Por outro lado, a noção de separado segundo a definição aplica-se à forma e indicaria sua prioridade enquanto essência e seu papel explicativo com relação aos particulares concretos.⁶⁰

Algumas das leituras que distinguem planos de análise na doutrina madura da substância atribuem as noções de *ousia* em seus usos monádico e diádico, respectivamente, ao primeiro e ao segundo plano de análise. Nesta perspectiva, os particulares concretos são substâncias *sem mais*, ao passo que as formas são substâncias *dos* particulares concretos. Assim, a afirmação segundo a qual a forma é substância primeira não representaria qualquer ameaça ao caráter substancial dos particulares: com tal afirmação, Aristóteles estaria ressaltando a primazia *explicativa* das formas quanto à substancialidade dos particulares concretos.

Finalmente, a distinção de planos de análise cria uma alternativa compatibilista para a compreensão das relações entre as doutrinas de Z e das *Categorias*. De acordo com esta alternativa, a resposta à questão da população é fundamentalmente fornecida

⁵⁹ Nesse sentido, ver Zingano (2020).

⁶⁰ Ver, por exemplo, Loux (1991, p. 264ss).

pelas *Categorias*, cabendo a Z tratar da questão da natureza. A doutrina das *Categorias*, então, seria o *explanandum* para o qual Z forneceria a explicação.⁶¹

CONCLUSÕES

Para concluir, convém fazer uma observação sobre as inevitáveis limitações deste breve panorama acerca da noção aristotélica de substância sensível. Evidentemente, o exame aqui realizado é incompleto no que diz respeito ao alcance e à complexidade de tal noção. Muitos aspectos da noção de *ousia* presentes nas *Categorias* e no livro Z não puderam ser discutidos (tampouco puderam ser discutidos os aspectos explorados nas demais obras de Aristóteles, como, por exemplo, nos trabalhos do *Organon* e em seus estudos de filosofia natural). O mesmo se pode dizer, de resto, com respeito à vasta fortuna crítica produzida ao longo dos séculos. Espero, no entanto, ter conseguido mostrar a importância do critério do sujeito para a compreensão da formulação inicial e das transformações sofridas pela doutrina aristotélica da substância no percurso que se estende das *Categorias* ao livro Z.

REFERÊNCIAS

Edições, traduções e comentários das obras de Aristóteles⁶²

ACKRILL, J. L. *Aristotle's Categories and De Interpretatione*. Oxford: Clarendon, 1963.

ANGIONI, L. *Aristóteles, Metafísica, livros VII e VIII*. Campinas, IFCH: Unicamp, 2005.

BODÉÛS, R. *Aristote – [Catégories]*. Paris: Les Belles Lettres, 2001.

BONITZ, H. *Metaphysica*. Bonn: Marcus, 1848-1849.

CALVO MARTÍNEZ, T. *Aristóteles – Metafísica*. Madrid: Gredos, 1994.

CHARLTON, W. *Aristotle's Physics: books I and II*. Oxford: Clarendon, [1970] 1996.

MOREL, P. *Aristote, Métaphysique: Livre Èta*. Paris: Vrin, 2015.

ROSS, W. D. *Aristotle's Metaphysics*. Oxford: Clarendon, 1924.

SANTOS, R. *Aristóteles Categorias, Da Interpretação*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2014.

⁶¹ Para leituras que seguem esse caminho, ver Wedin (2000) e Angioni (2008).

⁶² Com exceção da *Metafísica*, consultada a partir da edição de Ross (1924), as demais obras de Aristóteles foram consultadas a partir das edições da coleção *Oxford Classical Texts*.

DEMAIS TRABALHOS

- ANGIONI, L. *Introdução à Teoria da Predicação em Aristóteles*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- ANGIONI, L. *As noções aristotélicas de substância e essência*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- ARPE, C. Substantia. *Philologus*, v. XCIV, p. 65-78, 1940.
- BOEHM, R. *Das Grundlegende und das Wesentliche*. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1965.
- BUCHANAN, E. *Aristotle's Theory of Being*. Cambridge: University, Mississippi, 1962.
- BURNYEAT, M. *A Map of Metaphysics Zeta*. Pittsburgh: Mathesis, 2001.
- CORKUM, P. "This". *Ancient Philosophy Today: Dialogoi* 1.1, p. 38-63, 2019.
- COURTINE, J.-F. Note Complémentaire pour l'Histoire du Vocabulaire de l'Être. In: AUBENQUE, P. *Concepts et catégories dans la pensée antique*. Paris: Vrin, 1980. p. 33-87.
- FREDE, M. Individuals in Aristotle. In: FREDE, M. *Essays in Ancient Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, [1978] 1987a. p. 49-71.
- FREDE, M. Substance in Aristotle's *Metaphysics*. In: FREDE, M. *Essays in Ancient Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, [1985] 1987b, p. 72-80.
- FREDE, M. Introduction. In: FREDE, M.; CHARLES, D. *Aristotle's Metaphysics Lambda*. Oxford: Oxford U. P., 2000. p. 1-52.
- FREDE, M.; PATZIG, G. *Aristoteles, 'Metaphysik Z' – Text, Übersetzung und Kommentar*. München: Beck, 1988.
- GALLUZZO, G.; MARIANI, M. *Aristotle's Metaphysics Book Z: the contemporary debate*. Pisa: Edizioni della Normale, 2006.
- GHELLINCK, A. L'Entrée d'Essentia, Substantia et d'Autres Mots Apparentés dans le Latin Médiéval. *Archivum Latinitatis Medii Aevi*, v. 16, p. 77-112, 1941.
- GHELLINCK, A. Essentia et substantia – note Complémentaire. *Archivum Latinitatis Medii Aevi*, v. 17, p. 129-133, 1942.
- GILSON, E. Notes sur le Vocabulaire de l'Être. *Mediaeval Studies*, v.8, p. 150-158, 1946.
- IRWIN, T. *Aristotle's first principles*. Oxford: Clarendon, 1988.
- KAHN, C. O verbo grego Ser e o conceito de Ser. Tradução de M. Iglésias. In: KAHN, C. *Sobre o verbo grego Ser e o conceito de Ser*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, [1966] 1997a. p. 1-32.

- KAHN, C. Retrospectiva do verbo Ser e do conceito de Ser. Tradução de M. Iglésias. *In: KAHN, C. Sobre o verbo grego Ser e o conceito de Ser.* Rio de Janeiro: PUC-Rio, [1986] 1997b. p. 155-195.
- KAHN, C. *The verb 'be' in ancient greek.* Indianapolis: Hackett, [1973] 2003.
- KOSMAN, A. *The activity of being.* Cambridge: Harvard U.P., 2013.
- LEWIS, F. Form and predication in Aristotle's *Metaphysics*. *In: BOGEN, J.; McGUIRE, J. How things are..* Dordrecht/Boston: Reidel, 1985. p. 59-83.
- LEWIS, F. *Substance and predication in Aristotle.* Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LOUX, M. J. *Primary ousia: An Essay on Aristotle's Metaphysics Z and H.* Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- MANSION, S. A Primeira Doutrina da Substância: a substância segundo Aristóteles. *In: ZINGANO, M. Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados.* São Paulo: Odysseus, [1946] 2005. p. 73-92.
- MESQUITA, A. P. *Introdução geral, Obras Completas de Aristóteles*, v. 1, t. 1. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- MIÉ, F. Refining the material substance: Aristotle's program in *Metaphysics H1-5*. *Síntesis*, v. 2, p. 54-100, 2018.
- OWEN, G. E. L. Inherence. *Phronesis*, v. 10, p. 97-105, 1965.
- OWENS, J. *The Doctrine of Being in Aristotle's "Metaphysics"*. 3. ed. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, [1951] 1978.
- SEMINARA, S. *Matter and explanation: on Aristotle's Metaphysics Book H.* Lyon: ENS, 2014.
- SMITH, J. A. *Tode ti em Aristóteles.* *In: ZINGANO, M. Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados.* São Paulo: Odysseus, [1921] 2005. p. 25-26.
- WEDIN, M. *Aristotle's Theory of Substance.* Oxford: Oxford University Press, 2000.
- WHITING, J. E. Metasubstance: critical notice of Frede-Patzig and Furth. *The Philosophical Review*, v. 100, n. 4, p. 607-639, 1991.
- ZINGANO, M. Dispersão categorial e Metafísica em Aristóteles. *Discurso*, v. 33, p. 9-34, 2003.
- ZINGANO, M. L' 'ousia' dans le livre Z de la 'Métaphysique'. *In: NARCY, M.; TORDESILLAS, A. La "Métaphysique" d'Aristote.* Paris: Vrin, 2005. p. 99-130.
- ZINGANO, M. Substancehood and Subjecthood in Z-H. *Archiv für Geschichte der Philosophie*, p. 1-23, 2020.

SUGESTÕES DE LEITURA

Os textos das *Categorias* e do livro Z da *Metafísica* podem ser lidos nas seguintes excelentes traduções para o português:

ANGIONI, L. *Aristóteles, Metafísica, livros VII e VIII*: Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Unicamp, 2005.

SANTOS, R. *Aristóteles Categorias, Da Interpretação*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2014.

Antes de passar ao estudo das questões metafísicas, o público que não esteja familiarizado com a filosofia aristotélica pode beneficiar-se da leitura de uma introdução geral à obra de Aristóteles. O seguinte livro aborda de maneira introdutória as obras e os aspectos centrais do pensamento aristotélico:

NATALI, C. *Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 2016.

Uma introdução geral e concisa à metafísica de Aristóteles está disponível no seguinte texto:

BARNES, J. *Metafísica*. In: BARNES, J. *Aristóteles*. Aparecida: Ideias & Letras, 2009. p. 103-153.

Um panorama didático do argumento de Aristóteles no livro Z pode ser encontrado no seguinte trabalho:

LEAR, J. Guia turístico do livro VII da *Metafísica*. In: LEAR, J. *Aristóteles: o desejo de entender*. São Paulo: Discurso Editorial, 2006. p. 397-427.

Sugestões de bibliografia em língua portuguesa para temas específicos discutidos neste capítulo podem ser encontradas nas notas de rodapé. Diversos estudos clássicos sobre outros assuntos relacionados à metafísica aristotélica encontram-se traduzidos no seguinte volume:

ZINGANO, M. *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus, 2005.

Leitores que desejem aprofundar-se nas discussões sobre a substância em Aristóteles, a partir da bibliografia disponível em português, encontrarão na seguinte obra um estudo de grande abrangência sobre o tema:

ANGIONI, L. *As noções aristotélicas de substância e essência*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.